

DECLARAÇÃO FINAL DOS CONSELHEIROS APRESENTADA EM DOCUMENTO,  
LIDO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA 6ª REUNIÃO MUNDIAL DO  
C.C.P.

1987  
NOVEMBRO

- Os conselheiros do Conselho das Comunidades Portuguesas decidiram unanimemente, em consequência da forma como se processou esta 6ª reunião mundial do CCP, elaborar um documento a ser lido na sessão de encerramento, e caso isso não lhes fosse permitido (devido ao programa da mesma sessão), o mesmo seria divulgado aos órgãos de comunicação social.
- Após se ter avistado (na sexta-feira dia 20) com os 4 membros da comissão (representantes do Brasil, da África, da Europa e do Canadá) e se ter inteirado do que estava a acontecer, o Secretário de Estado, Correia de Jesus deu "luz verde" às reivindicações apresentadas, quais sejam a presença daqueles 4 elementos na mesa da cerimónia de encerramento, realizada no salão da Vila Magna em Montechoro, com Cruz Gomes, representante do Canadá, a proceder á leitura do referido documento, em nome dos cerca de 100 conselheiros presentes no encontro.
- Teor do Documento:
  - Os conselheiros do CCP consideram que "vitória e unidade" foram as notas mais dominantes desta 6ª reunião: é de reconhecer o clima de grande unidade que existiu entre todos os conselheiros, que se irmaram nos mesmos anseios e objectivos.
  - Os conselheiros lamentam que tenha havido uma notória falta de meios durante a realização do trabalho, bem como uma ausência de estruturação, agravada pelo facto de a ordem de trabalhos apresentada á 6ª reunião do CCP pela secretaria, ter ignorado o trabalho efectuado na Comissão Permanente e as propostas alternativas apresentadas pelos conselheiros de todo o mundo.
  - Lamentam a ausência do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

sas e da presidente do IAIECP, no decorrer dos trabalhos, o que poderia ter sido um factor desmotivante.

- Lamentam a impossibilidade de se encontrarem com interlocutores com poder e decisão para os ouvirem e responderem aos problemas, preocupações e aspirações de cada comunidade, como sejam:

- problema das mulheres emigrantes
- problema do regresso e reinserção
- problema da orgânica do Conselho e revisão do decreto-lei que o criou
- problema da situação dos clandestinos em Espanha, Suíça, Bélgica e outros países
- problemas ligados aos jovens, sua inserção e reinserção
- problema da ocupação dos tempos livres das crianças que não frequentam nenhuma estrutura escolar
- problema da falta de estruturas de apoio em Espanha
- problema do mau funcionamento dos serviços de apoio
- problema da incapacidade de resposta do Instituto da Emigração
- problema da aplicação da poupança dos emigrantes nas regiões de onde são originários
- problema do direito á cidadania dos países onde vivem
- problema da informação e da comunicação social
- problemas de assuntos culturais, da educação e do ensino

- Os conselheiros recusam-se a admitir que com tal atitude, o Governo pretendesse acabar com o CCP ou utilizá-lo como mero órgão decorativo: no entender de todos os conselheiros importa definir claramente a política de Portugal quanto ás suas comunidades espalhadas pelo mundo, de modo a que Portugal constitua uma nação-território-comunidades e estas se sintam como parte integrante da nação total.

- Para isso, torna-se necessário que, com urgência, seja remodelado o decreto-lei que criou o CCP, tendo em consideração, propostas feitas em várias reuniões anteriores, de modo a tornar o conselho mais representativo e operacional: deste modo o conselho não será apenas um órgão de recomendação e de propostas como tem sido até agora, mas um autêntico órgão de consulta a todos os níveis da Administração Governamental, isto é, desde o Governo às Embaixadas e Consulados.
- Os conselheiros manifestam assim, a sua vontade em defender um Conselho do CCP, cuja orgânica seja um verdadeiro instrumento de consulta e reconhecido com a dignidade que a emigração portuguesa merece.
- Embora não possam deixar de manifestar o seu descontentamento pela forma pouco dignificante com que foram e continuam a ser tratados pelo Governo Português, a verdade é que os conselheiros superaram as dificuldades sentidas e a falta de apoio técnico, em clima de grande unidade, o que bem pode ser considerado a garantia de continuação do CCP para além de barreiras e vicissitudes e uma grande vitória que atribuímos e nos honra a todos.

IMPrensa NACIONAL

- " Jornal de Notícias " - 20 de Novembro de 1987
- " Jornal de Notícias " - 21 de Novembro de 1987
- " Diário de Notícias " - 21 de Novembro de 1987
- " Correio da Manhã " - 22 de Novembro de 1987
- " O Dia " - 22 de Novembro de 1987
- " Comércio do Porto " - 22 de Novembro de 1987
- " O Século " - 22 de Novembro de 1987
- " O Diário " - 23 de Novembro de 1987
- " O Emigrante " - 27 de Novembro de 1987
- " Fim de Semana " - 28 de Novembro de 1987

2º DIA DA SESSÃO DE TRABALHOS DA 6ª REUNIÃO MUNDIAL DO C.C.P.:

DECLARAÇÕES DO DEPUTADO SOCIALISTA PELA EMIGRAÇÃO EM CONFERÊNCIA  
DE IMPRENSA

1987  
NOVEMBRO

- Numa conferência de imprensa que se realizou na quarta-feira dia 18 de Novembro de 1987, o deputado socialista pela emigração, Caio Roque, criticou o Governo por não estar presente nos trabalhos da 6ª Reunião mundial do C.C.P., dizendo que: " a ausência do Secretário de Estado e de dirigentes do IAECOP é desprestigiante para o Conselho, para as comunidades e para o Estado. O Conselho é um órgão necessário para as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e não pode continuar a ser tratado com leviandade como tem acontecido" - sublinhando que " a reunião é decisiva para o futuro deste órgão".

" Estou decepcionado com aquilo que se está a passar. Existe uma total desorganização e descoordenação e, a continuar assim, não vale a pena continuar a gastar tanto dinheiro como se tem gasto até aqui" - acrescentou Caio Roque.

- O deputado socialista afirmou que vai levar o assunto á Assembleia da República, revelando ainda que irá propor um debate nacional sobre os problemas da emigração.
- O Secretário do Conselho das Comunidades, José Guerreiro, escusou-se a comentar as declarações do deputado mas afirmou que: " sem contestar o direito á diferença de opinião e á legitimidade da conferência de imprensa", lamentou " que ela tenha sido convocada no decorrer de uma sessão de trabalhos".
- Filipe Rios, conselheiro da comunidade francesa considerou que tais ausências representam um "abandono total" a que são votados os emigrantes.
- Um delegado do Brasil também criticou o facto de Correia de Jesus não estar presente e lamentou a falta de condições para que se desenvolva um bom trabalho.

- José Guerreiro contestou também as críticas de alguns conselheiros sobre a ausência de elementos do Governo e de organismos da administração central no decurso dos debates, dizendo: " os técnicos da administração pública estiveram bem representados nestes trabalhos como delegados dos departamentos e organismos oficiais. Só não estiveram os responsáveis do poder político porque não têm que estar, uma vez que o Conselho é um orgão consultivo e deve funcionar em termos técnicos".

#### IMPrensa NACIONAL

- " Diário de Lisboa " - 19 de Novembro de 1987
- " O Diário " - 19 de Novembro de 1987
- " Jornal de Notícias " - 19 de Novembro de 1987
- " Primeiro de Janeiro " - 20 de Novembro de 1987
- " O Dia " - 20 de Novembro de 1987
- " Comércio do Porto " - 20 de Novembro de 1987
- " Correio da Manhã " - 20 de Novembro de 1987

3º DIA DA 6ª REUNIÃO MUNDIAL DO C.C.P.:  
DEDICADO A ACTIVIDADES CULTURAIS

1987  
NOVEMBRO

- O Conselho das Comunidades Portuguesas interrompeu na quinta-feira dia 19, os seus trabalhos para que os conselheiros efectuassem várias visitas à região do Algarve: de Albufeira até ao Promontório de Sagres ( símbolo dos Descobrimentos), com passagem por Portimão, Praia da Rocha e Lagos.
- Este passeio proporcionou aos conselheiros um agradável convívio.
- Estas visitas tiveram o apoio do Governo Civil de Faro e da Região de Turismo do Algarve.

IMPrensa NACIONAL

- " Jornal de Notícias " - 19 de Novembro de 1987
- " O Diário " - 19 de Novembro de 1987
- " Primeiro de Janeiro " - 20 de Novembro de 1987
- " O Dia " - 20 de Novembro de 1987
- " Comércio do Porto " - 20 de Novembro de 1987
- " Jornal de Notícias " - 20 de Novembro de 1987

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DADA DURANTE O CONSELHO, SOBRE

AS MULHERES PORTUGUESAS MIGRANTES

1987  
NOVEMBRO

- Na conferência de imprensa, onde se debateram os problemas das mulheres portuguesas migrantes, estiveram presentes:
  - Ana de Oliveira, conselheira de França
  - Maria Gisélia Sequeira, conselheira representante dos países Nórdicos
  - Ana Maria Witzig, conselheira da Suíça
  
- As 3 conselheiras iniciaram a conferência dizendo que: " em primeiro lugar temos que chamar a atenção para o facto de defendermos a causa de todas as mulheres portuguesas migrantes, embora, pela nossa situação de delegadas pela Europa, só tenhamos conhecimento profundo da problemática europeia e dos seus casos específicos. Apesar de, a nível mundial, os problemas da mulher terem sido discutidos ao longo dos últimos 10 anos, apesar de existir em Portugal uma Comissão para a Condição Femenina, apesar de ter sido criada, em Portugal, a Secção Permanente para a Promoção e participação de Mulheres Migrantes junto do CCP, apesar de terem sido aprovadas a 14 de Outubro último pelo Parlamento Europeu, as resoluções sobre a discriminação contra a mulher migrante, não houve, nesta VI Reunião do CCP, uma secção dedicada aos problemas da Mulher Portuguesa Migrante, mulher essa que representa mais de 50% da população portuguesa migrante e que, é quem menos possibilidades tem de se integrar ".
  
- Problemas concretos da mulher focados pelas conselheiras:
  - é vítima de situações ainda mais discriminatórias que o homem
  - realiza as tarefas menos bem pagas
  - é a primeira a ser despedida
  - não aprende a língua do país de acolhimento, porque, frequentemente, o seu nível de escolaridade é mais baixo do que o do seu companheiro



- não frequenta cursos de formação profissional, porque não domina a língua do país de acolhimento e porque não tem tempo
- para além do trabalho na fábrica, no restaurante e na limpeza, a mulher tem a seu cargo, sozinha, o trabalho da sua própria casa e a educação dos seus filhos, imagem de uma estrutura familiar que não se adapta à realidade do país de acolhimento e à exigência da participação económica que sobre ela recai.

● Conclusões das Conselheiras:

- É urgente alterar este conceito da Mulher, vista unicamente como mãe e dona de casa; pois, hoje em dia estamos avançando para uma reconversão decisiva das relações entre a mulher e o homem, tanto no seio familiar como nos lugares de trabalho e de distração, apesar de que é evidente que as mulheres continuam a ter menos oportunidades que os homens de desenvolver as suas aptidões e a sua personalidade.
- Em muitos países são discriminadas por obra da sua legislação ou pelo peso da tradição, inclusive nas nações onde gozam dos mesmos direitos que o homem e têm, teoricamente, acesso aos cargos de alto nível, na prática, continuam em desvantagem.

IMPrensa NACIONAL

- " Jornal de Notícias " - 21 de Novembro de 1987
- " O Emigrante " - 27 de Novembro de 1987
- " Jornal de Notícias " - 23 de Novembro de 1987

2º DIA DA SESSÃO DE TRABALHOS DA 6ª REUNIÃO MUNDIAL DO C.C.P.:

REUNIÕES SOBRE QUESTÕES DE FISCALIDADE, JUVENTUDE, EMPREGO E

FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ENTRE OUTROS TEMAS

1987  
NOVEMBRO

- Neste 2º dia de sessões os membros do Conselho não foram divididos em 2 grupos ( um da Europa e o outro do resto do mundo ) em salas diferentes, acabando sim por passarem a coabitar na mesma sala e a poder intervir nas mesmas questões, lado a lado.
- Nos trabalhos foram tratados assuntos relacionados com:
  - serviços aduaneiros e fiscais
  - económicos e financeiros
  - investimentos
  - imposto do IVA
  - segurança social
  - emprego e formação profissional
  - problemas da juventude
- Sessão da manhã:
  - Da parte da manhã discutiram-se problemas da: FISCALIDADE
    1. Isenção do IVA nas aquisições de bens em Portugal para levar para os respectivos países:
      - Foi explicado que existem normas para os países da CEE diferentes dos restantes e que a matéria se rege pelo decreto 295/87 de 31 de Julho.
      - De acordo com declarações prestadas pelo dr. António Nunes dos Reis, director dos serviços do IVA, tal decreto não tem aplicação prática, uma vez que está na dependência de uma declaração da Alfândega o reembolso do IVA por parte dos comerciantes, pelo que os emigrantes desejam que tal reembolso seja efectuado na fronteira, á saída, pelos serviços oficiais.

2. Isenção de impostos para a importação das viaturas:

- Um dos técnicos disse aos conselheiros, a propósito da importação de veículos pelos emigrantes, que em termos de fiscalidade, a adesão de Portugal á CEE nos retirou grande parte da soberania, nomeadamente para conceder isenções e benefícios.
- Nesta matéria não haverá estatuto especial, o estatuto são as directivas comunitárias e a isenção de impostos será total com a limitação de que cada emigrante tem de ser proprietário do carro, há pelo menos 6 meses, e que o tenha comprado no país onde reside.
- O conselheiro do Uruguai afirmou que os emigrantes não reclamam estatuto diplomático para a importação das viaturas e aventou a solução da isenção fiscal se centrar sobre veículos que sejam do nosso país.

3. Isenção de impostos sobre os "tarecos" que os emigrantes trazem quando, depois de muitos anos, regressam a Portugal:

- Os emigrantes reclamam pelo facto de terem de pagar semelhantes impostos, pois segundo eles " ... investimos as nossas economias em Portugal e quando voltamos passados 15 ou 20 anos, temos de pagar impostos que já pagámos nos países onde trabalhamos.

● Sessão da tarde:

- Ao iniciar-se a sessão da tarde, de imediato explodiu uma onda de descontentamento quando, no meio de uma certa confusão gerada pela forma como tudo foi organizado, surgiram problemas sobre a constituição da "Mesa" que deveria orientar os trabalhos, e se soube que os técnicos convidados para se debruçarem sobre os temas previstos no programa

só poderiam estar presentes até às 16 Horas, dado que, então, teriam de regressar a Lisboa.

- Um dos conselheiros observou numa alusão aos técnicos que orientam os debates, que " este deve ser um conselho das comunidades e não um conselho dos convidados ".
- Tanto os elementos das direcções gerais das Alfândegas e das contribuições e impostos como o adjunto do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro limitaram-se a fazer breves alocações e a responder a uma ou outra pergunta que lhes foram feitas, uma vez que o tempo era escasso.
- Nesta sessão há a registar a presença de técnicos da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Português do Atlântico, o que provocou um protesto: " gostaríamos de ter aqui o Banco de Portugal, que vocês são bancos comerciais ".
- Hipóteses de investimento:
  - Quanto a este assunto um conselheiro de França afirmou que ali já se começa a fazer como noutras comunidades do resto do mundo, a deixar de mandar as divisas e a investi-las nos países de acolhimento.
- Problemas da juventude:
  - A reunião sobre os assuntos dos jovens decorreu com a participação de:
    - conselheiros
    - comunicação social
    - Teresa Oliveira Dias, da Direcção-Geral da Juventude, que prestou assessoria técnica na discussão do tema.

● Intervenção de Teresa Oliveira Dias:

- Começou por fazer uma exposição sobre o que se tem feito no campo da juventude e o que se pretende fazer para o futuro.
- Aludiu ao programa para jovens portugueses residentes no estrangeiro ou filhos de portugueses e a sua execução em temas de viagens, abonos e alojamento, actividades, distribuição pelos distritos e períodos de realização.
- Apontou as dificuldades apresentadas tanto na divulgação e selecção como na continuidade dos contactos havidos, referindo-se a várias iniciativas já adoptadas dirigidas aos jovens, como sejam:
  - formação profissional com apoio da CEE
  - tempos livres
  - férias desportivas
  - crédito á habitação
  - crédito para jovens empresários

- Em termos de futuro, segundo Teresa Oliveira Dias:

- pretende-se promover a integração dos jovens residentes no estrangeiro, em programas socioculturais para residentes no território nacional.
- não se pretende fazer programas especiais para os jovens, mas integrá-los em iniciativas adoptadas para residentes em Portugal.
- o próximo programa designar-se-á " Ao Encontro de Portugal ", estando previstas iniciativas sobre campos de trabalho e campos de educação ambiental.

● Intervenção do Conselheiro do Canadá:

- Apresentou uma proposta, que foi aprovada, tendo como objectivo defender " a ligação dos jovens da segunda geração ao país de origem dos seus pais ".
- Defendeu, ainda, o estabelecimento de um protocolo entre a SECP e as associações empresariais portuguesas que assegure aos jovens, filhos de emigrantes, formados em universidades estrangeiras, um período de estágio em empresas portuguesas.

● Intervenção dos Conselheiros dos Estados Unidos da América:

- Sugeriram " critérios para a selecção dos jovens ", e apelando para que houvesse " colaboração entre os governos da República e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ".

● Intervenção do Conselheiro do Zaire:

- Referindo-se aos programas oficiais, lamentou " não ter recebido os programas do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis ".

● Intervenção do Conselheiro do Reino Unido:

- Referiu-se à falta de informação dos programas do FAOJ.
- Os conselheiros realçaram ainda como positivos os cursos de férias para os filhos de emigrantes, mas lamentaram que as pessoas da organização depois falassem com eles na língua do país de onde vinham.

● Emprego e Formação Profissional:

- A reunião sobre assuntos de emprego e formação profissional contou com a presença de:

- Lúcio de Sousa, responsável pelo núcleo do Emprego da delegação regional do Algarve do Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Paulo Filipe, delegado regional do mesmo Instituto  
( ambos prestaram assessoria técnica na discussão do tema ).

● Exposição feita por estes técnicos sobre os Departamentos Governamentais responsáveis pelos assuntos de Emprego e Formação Profissional e a distribuição das competências pelos vários Serviços:

- Até 1985 a formação profissional fazia-se em centros estatais, começando desde então a ser organizada com carácter de maior duração e em regime de cooperação.
- Os técnicos apresentaram uma visão geral dos problemas de emprego e das medidas especiais para a sua prevenção e realçaram a existência do fundo de apoio a jovens empresários.
- Foram ainda abordados temas como a execução de programas ocupacionais subsidiados e de ocupação sazonal e temporária para jovens e para a inserção destes na vida activa.
- Dentro da formação profissional fizeram-se referências aos:
  - centros estatais
  - formação em regime de cooperação e por acordo
  - organização e apoios a estágios profissionais extra-escolares
- Foram ainda realçados os programas de intercâmbio de jovens trabalhadores na Comunidade Económica Europeia.

- Para além destes temas houve ainda outras reuniões de trabalho onde foram debatidos assuntos aduaneiros e fiscais, segurança social e estrutura associativa das Comunidades Portuguesas, entre outros temas.

#### IMPrensa NACIONAL

- " Jornal de Notícias " - 19 de Novembro de 1987
- " O Diário " - 19 de Novembro de 1987
- " Primeiro de Janeiro " - 20 de Novembro de 1987
- " O Dia " - 20 de Novembro de 1987
- " Comércio do Porto " - 20 de Novembro de 1987
- " Correio da Manhã " - 20 de Novembro de 1987
- " O Emigrante " - 27 de Novembro de 1987